

da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na categoria, da assistente técnica Flávia Viegas Neto Correia, no mapa de pessoal da DRAP Algarve, com efeitos reportados a 01 de outubro de 2015.

30 de novembro de 2015. — O Diretor Regional, *Fernando Severino*.

209319678

## Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

### Declaração de retificação n.º 139/2016

Por ter sido publicado com inexatidão o Despacho n.º 13135/2014, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 29 de outubro, retifica-se que onde se lê «4 — [...] a licenciada Rosa Cristina Pereira Cunha Cabaço, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de junho de 2014» deve ler-se «4 — [...] a licenciada Rosa Cristina Pereira Cunha Cabaço, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2014».

26 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Souto Barreiros*.

209306044

### Deliberação n.º 144/2016

O conselho diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, IP) designado pelo Despacho n.º 4160/2012, de 14 de março de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 21 de março de 2012 e Despacho n.º 97/2015, de 06 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 06 de janeiro de 2015 no âmbito das competências próprias constantes do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (LQIP), aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 102/2013, de 25 de julho, e da Lei Orgânica do IFAP, IP, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 195/2012, de 23 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 50/2012, de 19 de setembro e, em conformidade com o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou na sua reunião de 10 de dezembro, o seguinte:

1 — Delegar na Diretora do Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE), Maria Fernanda Dionísio Ricardo Almeida para aplicação no âmbito estrito das respetivas unidades orgânicas:

1.1 — Competências gerais de gestão para:

a) Assegurar a administração e a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais que lhe estão afetos, promovendo o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos, tendo em conta os objetivos e as atividades dos serviços dependentes;

b) Autorizar dispensas por um dia aos trabalhadores que devam frequentar colóquios, reuniões, simpósios e outras solicitações externas, não previamente autorizadas pelo conselho diretivo, desde que não haja inconveniência para o serviço e que não ultrapassem o máximo de três dias por ano e por trabalhador;

c) Autorizar a dispensa prevista no n.º 3, do artigo 104.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, (LTFP);

d) Justificar faltas ou ausências, de acordo com as normas legais aplicáveis;

e) Autorizar deslocações em serviço de trabalhadores que exercem funções públicas no IFAP, IP, no território nacional, bem como todas as correspondentes despesas associadas a essas deslocações, designadamente ajudas de custo, despesas de transporte e despesas de alojamento e refeições, se for o caso, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, do Decreto-Lei n.º 192/95, de 26 de julho, ambos alterados pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro e outros normativos legais, até ao limite de € 1.500,00;

f) Assinar a correspondência corrente, entendendo-se por tal a que não implique a criação de responsabilidades financeiras para o IFAP, IP, a que transmita atos definitivos e executórios competentemente praticados e a que não seja dirigida aos membros do Governo, aos respetivos gabinetes, a outros órgãos de soberania, à administração do Banco de Portugal, aos conselhos de gestão de instituições financeiras e de crédito ou a outras instituições congêneres e às instituições comunitárias;

g) Emitir certidões, com exceção das certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva, ao abrigo do artigo 84.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, de documentos arquivados no respetivo departamento, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como autorizar a restituição de documentos aos interessados;

h) Autorizar, conjuntamente com um responsável da unidade, preferencialmente o da respetiva área, despesas correntes e de funcionamento de valor igual ou inferior a € 2.500,00, mediante prévia declaração de cabimento orçamental, prestada pelo competente serviço do IFAP, IP, com exceção dos casos a coberto do fundo de maneoio;

i) Autorizar, conjuntamente com um responsável da unidade, preferencialmente o da respetiva área, o pagamento de despesas correntes e de funcionamento de valor igual ou inferior a € 10.000,00 desde que resultem de contratos previamente aprovados pelo conselho diretivo;

j) Representar o IFAP, IP, no âmbito das atividades do respetivo Gabinete.

1.2 — Competências específicas para:

a) Assinar e submeter os termos de aceitação em representação do IFAP, IP, no âmbito dos projetos aprovados da medida de assistência técnica do PDR2020.

2 — Designar o dirigente Gonçalo Nuno Amorim Caetano Nunes como substituto da dirigente identificada no n.º 1, nas suas ausências e impedimentos.

3 — Determinar que as competências que pela presente deliberação são delegadas podem ser subdelegadas, mediante proposta da dirigente identificada no n.º 1 dirigida ao conselho diretivo.

4 — Designar o dirigente Paulo Jorge Ferreira Lafuente Oliveira como substituto da Diretora do Departamento de Apoios de Mercado (DAM), Marlene Rocha Diniz, nas suas ausências e impedimentos.

5 — Determinar que a presente deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos, relativamente à dirigente identificada no n.º 1 desde 09 de novembro de 2015, e relativamente ao dirigente identificado no n.º 4 desde 01 de setembro de 2015, ficando ratificados todos os atos praticados pelos referidos dirigentes no âmbito da presente deliberação, desde a referida data até à data da entrada em vigor da mesma.

29 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Miguel Gaudêncio Simões de Souto Barreiros*.

209318049

## MAR

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 2247/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista a licenciada Ana Paula Aurora Serrão Fernandes, Técnica Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas da Direção Geral do Orçamento.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções especializadas de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

27 de janeiro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

## 1 — Dados Identificativos

— Nome: Ana Paula Aurora Serrão Fernandes  
 — Idade/Data de Nascimento: 49 anos — 1966.02.27

## 2 — Dados Académicos/Formação Profissional

— Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas.  
 — Mestrado em Gestão e Políticas Públicas (preparação da dissertação com vista à obtenção do grau de mestre).  
 — Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública.  
 — Cursos de Formação Profissional: Várias ações de formação profissional nas áreas de Gestão (Financeira, Económica e Recursos Humanos), de Administração Pública, de Informática, de Línguas e de Pedagogia.

## 3 — Dados Profissionais

— Outubro/2015 até à presente data através do despacho, é colocada na Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais (DSAFSO), na Divisão do Sistema Central de Informação Contabilística da DGO, onde desempenha as funções de Técnica Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas, em todas as matérias contidas nas suas atribuições.

— Dezembro/2012 a outubro/2015 é nomeada como Técnica Especialista do Gabinete S. Ex.ª O Secretário de Estado do Mar, do XIX Governo Constitucional, (Despachos n.ºs 15563/2012; 11559/2013 — 2.ª série, publicado nos D.R. n.ºs 236 e 171, 2.ª série, de 2012/12/06; e 2013/09/05).

— Março/2012 a novembro/2012, através do Despacho da Diretora-Geral é nomeada em comissão de serviço, Diretora dos Serviços de Recursos e Sistemas de Informação, do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças (Despacho n.º 2756/2012 — 2.ª série, publicado no D.R. n.º 41, 2.ª série, de 2012/02/27).

— Outubro/2009 até fevereiro/2012, através do Despacho do Conselho Diretivo, é nomeada em comissão de serviço, Chefe de Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (Despacho n.º 22567/2009 — 2.ª série, publicado no D.R. n.º 198, 2.ª série, de 2009/10/13).

— Janeiro a setembro/2009 através do despacho, é colocada na Direção de Serviços Administrativos da Direção-Geral do Orçamento (DGO) onde desempenha as funções de Técnica Superior em todas as matérias contidas nas suas atribuições.

— Junho/2007 a fevereiro/2008, através do Despacho do Secretário-Geral, é nomeada em comissão de serviço, Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Despacho n.º 8240/2008 — 2.ª série, publicado no D.R. n.º 56, 2.ª série, de 2008/03/19, tendo a seu cargo as áreas do Aproveitamento, da Contabilidade, da Tesouraria, do Património e do Expediente).

— Março/2007, através da Ordem de Direção n.º 3/2007 é colocada na 3.ª Delegação da DGO — Ministério da Economia e Inovação onde desempenha as funções de Técnica Superior em todas as matérias contidas nas suas atribuições;

— Abril/2006 a fevereiro/2007, através do Despacho do Secretário-Geral é nomeada em regime de substituição, Diretora dos Serviços Financeiros e Patrimoniais, da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Despacho n.º 10993/2006 — 2.ª série, publicado no D.R. n.º 97, 2.ª série, de 2006/05/19).

— Agosto/2004 a abril/2006, através do Despacho do Secretário-Geral é nomeada em comissão de serviço, Chefe Divisão de Programação e Gestão Financeira e Patrimonial, da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas (Despacho n.º 24088/2004 — 2.ª série, publicado no D.R. n.º 275, 2.ª série, de 2004/11/23).

— Abril/2002 a novembro/2003, através do Despacho do Conselho Diretivo é nomeada Coordenadora do Gabinete de Contabilidade, do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

— Julho/2000 a abril/2002 e dezembro/2003 a agosto 2004, através das Ordens de Direção n.ºs 19/2000 e 18/2003, respetivamente e do Despacho n.º 907/00 de S. Ex.ª o Ministro das Finanças é destacada para o Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e desempenha as funções de assessoria permanente à Comissão em todas as matérias contidas nas suas atribuições.

— Outubro/1997 a julho 2000, executa como Técnica Superior de 1.ª, na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais,

Divisão de Programação e Gestão Financeira e Patrimonial, as funções contidas nas suas atribuições.

— Junho 1995 a outubro de 1996, desempenha na Direção de Serviços de Estudos e Planeamento, pertencente ao Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar, na Divisão de Formação Especializada, como Técnica Superior de 2.ª, as funções na área dos projetos financeiros das ações de formação profissional.

— 1987 a junho de 1995, executa na Direção de Serviços de Controlo de Qualidade de Sementes, do Centro Nacional de Proteção da Produção Agrícola pertencente ao INIA, na Divisão de Germinação as funções de Técnico Adjunto de 2.ª classe.

— 1986, desempenha na Presidência do Conselho de Ministros, na Comissão da Condição Feminina (CCF), no âmbito do Projeto de Qualificação de Jovens — FSE, como Técnica de Preparação de Ações de Formação.

## 4 — Outras Atividades

— Colabora como formadora em ações de formação na área de gestão, nomeadamente RAPE, POCP e Prestação de Contas, em organismos da Administração Pública.

209336509

**Despacho n.º 2248/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Maria João Rocha da Silva.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções especializadas de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunta de gabinete.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

27 de janeiro de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

**Nota Curricular**

## Dados pessoais

Maria João Rocha da Silva  
 Natural de Vila Franca de Xira  
 Nascida a 16 de fevereiro de 1962

## Habilitações

Licenciada em Comunicação Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na Universidade Nova de Lisboa.

Doutoranda, no 2.º ano, em Turismo e Ordenamento do Território na Universidade de Lisboa (IGOT + Escola Superior de Turismo).

Pós-graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade Lusíada. Trabalho final sobre o poder da linguagem na internet e o impacto socioeconómico nas empresas de comunicação, sob orientação do Prof. Doutor Paquete de Oliveira.

Curso de especialização em «Gestão de Projetos» no Instituto Nacional de Administração (INA).

## Percurso profissional

Jornalista na Rádio Comercial 1982 a 1987.

Prémio da Câmara de Comércio Luso-Angolana para melhor reportagem de rádio sobre a lusofonia (1985).

Jornalista especializada na área política nos jornais “Correio da Manhã”; “O Europeu”; “Diário de Lisboa”; “A Capital”; “Diário de Notícias”;

Em 2000 assessora de marketing e comunicação do Pavilhão Atlântico. Em 2000 transita para os quadros do Parque Expo e integra a equipa de marketing e comunicação responsável pelo lançamento da marca Polis e pela apresentação dos projetos em todo o País.

De 2000 a 2005 — Coordenação e gestão dos Planos de Marketing e Comunicação dos 10 projetos Polis geridos pela Parque Expo. Conceção, coordenação e execução do Programa Escolas associado aos projetos Polis em Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Castelo